



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10240.720154/2010-22
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 1201-001.141 – 2^a Câmara / 1^a Turma Ordinária
Sessão de 26 de novembro de 2014
Matéria Obrigações acessórias
Recorrente CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Ano-calendário: 2007

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS - PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DE ARQUIVOS MAGNÉTICOS - MULTA POR DESCUMPRIMENTO - BASE DE CÁLCULO INCORRETA - CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO.

A multa por descumprimento da obrigação acessória prevista no artigo 12, III da lei 8.218/91, deve ser calculada sobre a receita bruta da pessoa jurídica, apurada no ano calendário em que as operações forem realizadas. O erro na base de cálculo utilizada, impõe o cancelamento do auto de infração.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.

(documento assinado digitalmente)

RAFAEL VIDAL DE ARAÚJO - PRESIDENTE

(documento assinado digitalmente)

JOÃO CARLOS DE LIMA JUNIOR - RELATOR

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Rafael Vidal de Araújo (Presidente), Marcelo Cuba Neto, Rafael Correia Fuso, Roberto Caparroz de Almeida, João Carlos de Lima Junior e Luis Fabiano Alves Penteado.

Relatório

Trata-se de Auto de Infração (fls. 103/108) lavrado para constituição de crédito relativo à multa regulamentar, pois o contribuinte, optante pela utilização de sistemas de processamento eletrônico de dados para registrar negócios e atividades econômicas ou financeiras, escriturar livros ou elaborar documentos de natureza contábil ou fiscal, deixou de apresentar à fiscalização os respectivos arquivos digitais e sistemas.

Consta no Auto de Infração:

“001 - MULTAS DE VALOR FIXO. FALTA/ATRASO NA ENTREGA DE ARQUIVO MAGNÉTICO

Multa regulamentar equivalente a dois centésimos por cento por dia de atraso, calculada sobre a receita bruta da pessoa jurídica no período, até o máximo de um por cento dessa, pelo não apresentação dos arquivos magnéticos solicitados.”

E no Termo de Verificação Fiscal consta que:

“ (...)

7. Em 03/02/2010 foi lavrado Termo de Início de Diligência Fiscal com a finalidade de apurar a entrega ou não da documentação solicitada no Procedimento Fiscal Diligência 02.5.01.00-2009-00137-2, o termo lavrado foi encaminhado à contribuinte, que teve ciência do documento em 10/02/2010, conforme Termo de recebimento dos Correios, que foi acostado no próprio termo.

8. Em 02/03/2010 a contribuinte apresentou resposta ao Termo de Início de Diligência Fiscal, alegando ter entregue os arquivos referentes ao ano de 2007, e apresentou documento que alegou ser o recibo de entrega, a contribuinte informou também, que para o ano de 2008, entregou o SPED-CONTABIL em 31.07.2009.

9. Como a contribuinte não conseguiu comprovar ter efetuado a entrega dos arquivos digitais, em 16/03/2010 foi lavrado o Termo de Reintimação Fiscal TR 01-2010, encaminhado à contribuinte, tendo a contribuinte ciência do documento em 23/03/2010, conforme Aviso de Recebimento dos Correios, que foi acostado no próprio termo.

(...)

12. Em 17/05/2010, com o prazo para atendimento às intimações já expirado, sem que a contribuinte tenha apresentado mais qualquer elemento, utilizamos as informações contidas nos documentos apresentados, e os levantamentos efetuados nos sistemas da Secretaria da Receita Federal do Brasil para elaborarmos a autuação, apurando as infrações cometidas e aplicando as sanções cabíveis.

(...)

29. Pelo exposto, a inobservância do prazo para entrega dos arquivos em meio magnético acarretou a imposição de penalidade equivalente a dois centésimos por cento por dia de atraso, calculada sobre a receita bruta da pessoa jurídica no período fiscalizado, até o máximo de um por cento (Lei nº 8.218/91, arts. 11 e 12, III), com redação dada pelo art. 72 da MP nº 2.158-34/01, e reedições.

30. Consideramos, para fins de cálculo da multa a ser aplicada, como final do prazo para apresentação dos arquivos magnéticos o dia 11/02/2010, dia imediatamente anterior à data em que a contribuinte teve ciência do Termo de Início de Diligência Fiscal. Abaixo a forma como foi calculado o percentual a ser aplicado sobre a receita bruta para determinar o valor da multa a ser aplicada.

$$(11/02/2010^1 - 16/04/2009^2) = 301 \text{ dias}$$

$$301 \times 0,02\% = 6,02\%$$

Limita-se a multa ao máximo de 1% da receita bruta.

(...)

32. O valor da receita bruta foi obtida na última DIRPJ - Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica”

O contribuinte apresentou impugnação (fls. 295/303), por meio da qual alegou, em relação aos fatos, que sempre colocou à disposição da fiscalização a sua contabilidade, no entanto, a transmissão não era possível por incompatibilidade técnica com o sistema do fisco, razão pela qual comprovou, de forma impressa e não digital, a entrega da documentação através de Recibo gerado pelo sistema de validação de arquivos digitais. Nesse ponto, concluiu que (i) sempre foi evidenciada a sua boa-fé, bem como que (ii) foi equivocada a conduta da autoridade fiscal de desconsiderar a entrega efetuada por concluir que o documento impresso em modo texto não tem valor fiscal algum.

Ademais, nesse contexto, sustentou a existência de nulidades do auto de infração, quais sejam: (i) inexistência de ilícito diante da impossibilidade de transmissão nos moldes exigidos pela Fazenda e (ii) utilização de base de cálculo incorreta, pois o que se discute é a entrega dos arquivos digitais relativos ao ano calendário de 2007 e a autoridade fiscal utilizou-se da DIPJ 2009/ano calendário 2008.

No mérito, ou seja, relativamente à penalidade imposta:

(i) pugnou pela sua redução, pois houve cumprimento da obrigação a que fora intimado já que apresentou os documentos digitais dentro dos prazos estabelecidos, ainda que de forma diversa da exigida. Concluiu, nessa parte, que em se tratando de divergência entre a forma apresentada e a forma requerida, as penalidades aplicáveis seriam, no máximo, as penalidades previstas no inciso I, do artigo 12, da Lei 8218/91 (aplicável àqueles que não atenderem à forma em que devem ser apresentados os registros e respectivos arquivos), que é de 0,5 % sobre a receita bruta, o que reduziria a autuação pela metade.

(ii) pugnou pela redução da base de cálculo, isto porque suas receitas são divididas, conforme determinado na resolução 234/2006 da ANEEL, em “parte a” – composta por custos não gerenciáveis, como i) compra de energia, ii) encargos sociais, iii) encargos de transmissão - e “parte b” – composta por custos gerenciáveis, ou seja, aqueles que a empresa tem total capacidade de administrar, excluindo-se PIS, COFINS e ICMS.

(iii) afirmou que sua manutenção fere os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Por fim, pugnou pela anulação do lançamento ou, caso mantido, seja reduzida a penalidade imposta (0,5%) e observou que qualquer seja o percentual aplicado a penalidade somente poderá incidir sobre a denominada parcela b da receita.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belém (PA) manteve o crédito tributário lançado, conforme acórdão 01-24.430 de 08/03/2012, assim ementado:

“ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Ano calendário: 2010

DECISÕES ADMINISTRATIVAS. EFEITOS. As decisões administrativas proferidas por órgãos colegiados não se constituem em normas gerais, razão pela qual seus julgados não se aproveitam em relação a qualquer outra ocorrência, senão àquela objeto da decisão, na forma do art. 100, II, do Código Tributário Nacional (CTN).

NORMAS PROCESSUAIS. NULIDADE. Comprovado que o procedimento fiscal foi feito regularmente, não se apresentando, nos autos, as causas apontadas no art. 59 do Decreto nº 70.235/1972, não há que se cogitar em nulidade processual, nem em nulidade do lançamento enquanto ato administrativo.

MULTA REGULAMENTAR FALTA DA ENTREGA DOS ARQUIVOS MAGNÉTICOS. O Inciso III, do Art. 12, da lei 8.218/91, prevê aos que não cumprirem o prazo estabelecido para apresentação dos arquivos e sistemas a aplicação de multa equivalente a dois centésimos por cento por dia de atraso, calculada sobre a receita bruta da pessoa jurídica no período, até o máximo de um por cento dessa.

INCONSTITUCIONALIDADE. ILEGALIDADE. APRECIAÇÃO VEDADA. ENTENDIMENTO ADMINISTRATIVO. A autoridade administrativa não possui atribuição para apreciar a argüição de inconstitucionalidade ou de ilegalidade dos preceitos legais que

embasaram o ato de lançamento. As leis regularmente editadas segundo o processo constitucional gozam de presunção de constitucionalidade e de legalidade até decisão em contrário do Poder Judiciário. As alegações de inconstitucionalidade ou de ilegalidade somente são apreciadas nos julgamentos administrativos quando houver expressa autorização.

PEDIDO DE PERÍCIA. INDEFERIMENTO. Indefere - se o pedido de perícia quando este não atender ao disposto na legislação de regência, bem como quando for prescindível à solução da lide.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido”

Inconformado, o contribuinte apresentou Recurso Voluntário (fls. 306/319) no qual repisou os argumentos sustentados em sede de impugnação.

É o relatório.

Voto

Conselheiro JOÃO CARLOS DE LIMA JUNIOR - RELATOR

O recurso preenche os requisitos de admissibilidade, dele tomo conhecimento.

No caso em análise, o contribuinte foi autuado por inobservância do prazo para entrega dos arquivos em meio magnético, o que acarretou a imposição da penalidade prevista no artigo 12, III, da Lei 8.218/91.

Primeiramente, se faz importante verificar o que a legislação dispõe sobre o prazo e a forma de entrega de arquivos magnéticos, para, posteriormente, constatarmos se é efetivamente devida a penalidade imposta.

A redação do artigo 11 da Lei 8.218/91 é a seguinte:

“Art. 11. As pessoas jurídicas que utilizarem sistemas de processamento eletrônico de dados para registrar negócios e atividades econômicas ou financeiras, escriturar livros ou elaborar documentos de natureza contábil ou fiscal, ficam obrigadas a manter, à disposição da Secretaria da Receita Federal, os respectivos arquivos digitais e sistemas, pelo prazo decadencial previsto na legislação tributária.
(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001) (Vide Mpv nº 303, de 2006)

§ 1º A Secretaria da Receita Federal poderá estabelecer prazo inferior ao previsto no **caput** deste artigo, que poderá ser diferenciado segundo o porte da pessoa jurídica. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001\)](#)

§ 2º Ficam dispensadas do cumprimento da obrigação de que trata este artigo as empresas optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001\)](#)

§ 3º A Secretaria da Receita Federal expedirá os atos necessários para estabelecer a forma e o prazo em que os arquivos digitais e sistemas deverão ser apresentados. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001\)](#)

§ 4º Os atos a que se refere o § 3º poderão ser expedidos por autoridade designada pelo Secretário da Receita Federal. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001\)](#)

Dos dispositivos transcritos verifica-se que, a matéria relativa ao prazo e forma de entrega dos arquivos digitais, será estabelecida por meio de atos expedidos pela Secretaria da Receita Federal.

A definição do prazo para a entrega dos arquivos digitais, foi disciplinada no artigo 2º da Instrução Normativa SRF 086, de 22 de outubro de 2001, que assim dispunha:

“Art. 2º As pessoas jurídicas especificadas no art. 1º, quando intimadas pelos Auditores-Fiscais da Receita Federal, apresentarão, no prazo de vinte dias, os arquivos digitais e sistemas contendo informações relativas aos seus negócios e atividades econômicas ou financeiras.

Art. 3º Incumbe ao Coordenador-Geral de Fiscalização, mediante Ato Declaratório Executivo (ADE), estabelecer a forma de apresentação, documentação de acompanhamento e especificações técnicas dos arquivos digitais e sistemas de que trata o art. 2º.”

E a forma para apresentação da documentação foi disciplinada por meio do Ato Declaratório Executivo COFIS 15 de 23 de outubro de 2001, senão vejamos:

“Estabelece a forma de apresentação, a documentação de acompanhamento e as especificações técnicas dos arquivos digitais e sistemas de que trata - Instrução Normativa SRF nº 86, de 22 de outubro de 2001.”

Veja- se, portanto, que o prazo para entrega dos arquivos digitais, quando houver intimação da pessoa jurídica pela fiscalização, é de 20 dias e a forma é aquela estabelecida no Ato Declaratório COFIS 15 de 2001.

Feitas essas considerações preliminares, cumpre analisar o caso concreto.

Do termo de verificação Fiscal, podemos verificar que durante a ação fiscal, que antecede e conduz à autuação, o contribuinte foi intimado a apresentar arquivos digitais referentes aos **anos calendário de 2007 e 2008**.

Nesse ponto, cumpre a transcrição de trechos do termo de verificação fiscal:

“DA AÇÃO FISCAL”

1. Em cumprimento ao Mandado de Procedimento Fiscal Diligência 02.5.01.00-2009-00137-2, demos início aos procedimentos fiscais para obtenção dos arquivos digitais conforme solicitação da COFIS.
2. Em 15/04/2009 foi encaminhado o Termo de Início de Diligência Fiscal, intimando a contribuinte, (...) a apresentar **arquivos digitais** da contabilidade, da folha de pagamento e do relacionamento entre as contas da contabilidade e os tributos federais, referentes aos **anos calendário de 2007 e 2008**, (...)
3. Em 16/04/2009 a contribuinte teve ciência do citado termo (...)
4. Em 27/04/2009 a contribuinte apresentou pedido de prorrogação de prazo (...)
7. Em 03/02/2010 foi lavrado Termo de Início de Diligência Fiscal com a finalidade de **apurar a entrega ou não da documentação solicitada no Procedimento Fiscal Diligência 02.5.01.00-2009-00137-2**, o termo lavrado foi encaminhado à contribuinte, que teve ciência do documento em 10/02/2010, (...)
8. Em 02/03/2010 a contribuinte apresentou resposta ao Termo de Início de Diligência Fiscal, alegando ter entregue os arquivos referentes ao ano de 2007, e apresentou documento que alegou ser o recibo de entrega, a contribuinte informou também, que **para o ano de 2008, entregou o SPED-CONTABIL em 31.07.2009**.
(...)
12. Em 17/05/2010, com o prazo para atendimento às intimações já expirado, sem que a contribuinte tenha apresentado mais qualquer elemento, **utilizamos as informações contidas nos documentos apresentados, e os levantamentos efetuados nos sistemas da Secretaria da Receita Federal do Brasil para elaborarmos a autuação**, apurando as infrações cometidas e aplicando as sanções cabíveis.

Nesse contexto, cumpre destacar o trecho do termo de verificação fiscal que dispôs sobre a Autuação Fiscal, para estabelecermos o objeto a ser analisado.

“DO AUTO DE INFRAÇÃO”

15. A contribuinte apresentou resposta ao Termo de Início de Diligência Fiscal, alegando ter entregue os arquivos referentes ao ano de 2007, e apresentou documento que alegava ser o recibo de entrega.

16. O documento apresentado pela contribuinte trata-se apenas do Arquivo PDF gerado pelo sistema de Validação e Autenticação de Arquivos Digitais, impresso em modo texto, não tendo valor fiscal algum.

(...)

29. Pelo exposto, a inobservância do prazo para entrega dos arquivos em meio magnético acarretou a imposição de penalidade equivalente a dois centésimos por cento por dia de atraso, calculada sobre a receita bruta da pessoa jurídica no período fiscalizado, até o máximo de um por cento (Lei nº 8.218/91, arts. 11 e 12, III), com redação dada pelo art. 72 da MP nº 2.158-34/01, e reedições.

30. Consideramos, para fins de cálculo da multa a ser aplicada, como final do prazo para apresentação dos arquivos magnéticos o dia 11/02/2010, dia imediatamente anterior à data em que a contribuinte teve ciência do Termo de Início de Diligência Fiscal. Abaixo a forma como foi calculado o percentual a ser aplicado sobre a receita bruta para determinar o valor da multa a ser aplicada.

$$(11/02/2010^1 - 16/04/2009^2) = 301 \text{ dias}$$

$$301 \times 0,02\% = 6,02\%$$

Limita-se a multa ao máximo de 1% da receita bruta.

(...)

32. O valor da receita bruta foi obtida na última DIRPJ - Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica”

Em que pese não estar claro no termo de verificação o período autuado, o que por si só caracterizaria causa de nulidade por impossibilitar a ampla defesa do contribuinte, com esforço é possível concluir que a autuação se deu em razão do atraso ou ausência de entrega de documentos digitais relativos ao ano calendário de 2007, já que na parte do termo de verificação que trata da autuação fiscal, só é mencionado o ano calendário de 2007 e na parte relativa a ação fiscal consta que, em relação ao ano de 2008, o contribuinte apresentou SPED Contábil.

Para corroborar com a constatação anterior, sobre o SPED Contábil, instituído pelo Decreto 6.022 de 22 de janeiro de 2007, verifica-se que este tornou-se o meio de transmissão dos arquivos digitais, senão vejamos:

“Art. 2º O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.”

Delimitado o objeto da análise, cumpre analisar a base de cálculo utilizada na autuação.

Dispõe o parágrafo único do artigo 12 da Lei 8218, que fundamentou a autuação em debate, que:

“Art. 12 - A inobservância do disposto no artigo precedente acarretará a imposição das seguintes penalidades:

(...)

III - multa equivalente a dois centésimos por cento por dia de atraso, calculada sobre a receita bruta da pessoa jurídica no período, até o máximo de um por cento dessa, aos que não cumprirem o prazo estabelecido para apresentação dos arquivos e sistemas. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001\)](#)

Parágrafo único. Para fins de aplicação das multas, o período a que se refere este artigo compreende o ano-calendário em que as operações foram realizadas. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001\)](#)”

A multa por descumprimento da obrigação acessória, prevista na lei 8218, deve ser calculada sobre a receita bruta da pessoa jurídica, apurada no ano calendário em que as operações foram realizadas.

No caso, a receita bruta utilizada foi aquela obtida na última DIRPJ, conforme item 33 do termo de verificação, no montante de R\$ 674.095.631,20 e, da análise dos documentos acostados aos autos, é possível constatar que a receita bruta utilizada foi aquela apurada no ano calendário de 2008 (fl. 51 e seguintes).

Ocorre que, o período em que as operações foram realizadas, conforme já exposto, foi o ano calendário de 2007.

Conclui-se, portanto, que houve erro na base de cálculo utilizada. Identificado erro no consequente (critério quantitativo) da norma individual e concreta, impõe-se o cancelamento do auto de infração.

Assim, voto no sentido de dar provimento ao Recurso Voluntário, para cancelar o auto de infração objeto deste processo.

JOÃO CARLOS DE LIMA JUNIOR - RELATOR - Relator

CÓPIA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 18/12/2014 por JOAO CARLOS DE LIMA JUNIOR, Assinado digitalmente em 10/02/2015 por RAFAEL VIDAL DE ARAUJO, Assinado digitalmente em 18/12/2014 por JOAO CARLOS DE LIMA JUNIO

R

10

Impresso em 10/02/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA